



Assembleia Municipal de Óbidos		1
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

**ATA DA REUNIÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL DE ÓBIDOS,
REALIZADA NO DIA 27 DE NOVEMBRO DE 2015**

Aos vinte e sete dias do mês de novembro de dois mil e quinze, pelas dezoito horas e quarenta e cinco minutos, no Auditório Municipal da Casa da Música, sito na Rua Direita - Óbidos, reuniu ordinariamente a Assembleia Municipal do Concelho de Óbidos, com a seguinte ordem de trabalhos:-----

Ponto Um - Intervenção do público;-----

Ponto Dois - Período antes da Ordem do Dia;-----

Ponto Três -Sentença proferida no âmbito da Providência Cautelar interposta para anulação da deliberação da Assembleia Municipal que autorizou a celebração de Contrato Interadministrativo, para conhecimento -----

Ponto Quatro -Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Fixação de Taxas de IMI para o ano de 2016 -----

Ponto Cinco - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de participação do Município no IRS em 2016 -----

Ponto Seis – Apreciação e eventual aprovação da Proposta para lançamento de Derrama para o ano de 2016-----

Ponto Sete - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de fixação do percentual de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2016-----

Ponto Oito -Apreciação e eventual aprovação dos documentos previsionais (Orçamento e GOP) para 2016-----

Ponto Nove - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Mapa de Pessoal para 2016-----

Ponto Dez - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos sobre a atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

---O senhor Presidente da Assembleia Municipal cumprimentou todos os presentes, e, antes de dar início à ordem de trabalhos, em virtude da ausência justificada do senhor primeiro Secretário Fernando Jorge, convidou a senhora deputada Cristina Rodrigues, para exercer essa função nesta reunião, o que foi aceite pela mesma.-----

A segunda Secretária, Ana Margarida Reis, fez a chamada, aproveitando para entregar os cartões de membro da Assembleia Municipal.-----

--- Presenças - Telmo Henrique Correia Daniel Faria, Ana Margarida da Mata Antunes Marques Reis, Maria Cristina Fernandes Rodrigues, Anabela Blanc Capinha Corado, João António Sousa Veludo, José Ferreira de Sousa Coutinho, Laura Sousa Rodrigues de Castro Ferreira, Bruno João Rebelo da Silva, José Luís Rocha de Oliveira, Miguel Ângelo Pires Trindade Silvestre, Sílvia Correia, Carlos Miguel Leandro de Sousa, Ricardo Miguel Pereira Duque, Jorge Joaquim Madeira Veloso, Luís Miguel Gonçalves de Oliveira, João Paulo de Oliveira Cardoso, Márcia Alexandra Miranda de Nóbrega; Joana dos Santos Silva Machado, João Carlos Marques Costa, Custódio de Sousa Santos, Heitor Carvalho da Conceição, José Manuel Ferreira Simões, Luís José do Coito Ribeiro, Hélder José Mineiro Mesquita, João Paulo Herculano Rodrigues, Evaristo Ferreira Ribeiro e Joaquim dos Santos Martins.-----

---Substituições – O deputado José Rodrigues Machado fez-se substituir pelo deputado João Veludo; o deputado Fernando Jorge Silva fez-se substituir pelo deputado Bruno Silva. Os deputados Albino de Sousa e Francisco Brás Teixeira,



Assembleia Municipal de Óbidos		2
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

foram substituídos pelos deputados Laura Ferreira e Carlos de Sousa respetivamente. e as deputadas Anabela Adónis e Dina Vieira foram substituídas pelos deputados José Coutinho e Márcia de Nóbrega.-----

---**Quórum** – Vinte e sete presenças.-----

---**Faltas** – Registou-se a falta da senhora deputada Ana Catarina Brás de Carvalho.-----

---A primeira Secretária em exercício leu a correspondência recebida, que foi a seguinte:-----

---Foi recebido para conhecimento da Assembleia Municipal, um e-mail remetido pelo Grupo Parlamentar Os Verdes, dando conta da pergunta que foi dirigida ao Ministério da Saúde pelos senhores Deputados José Luís Ferreira e Heloísa Apolónia sobre a situação dos Centros de Saúde da Administração Regional de Saúde de Lisboa e Vale do Tejo (ARS-LVT) e, em aditamento, a respetiva resposta por parte do Ministério de Saúde.-----

Esta correspondência foi posta à disposição dos Senhores Deputados para consulta.

----- ORDEM DE TRABALHOS: -----

Ponto Um - Intervenção do público-----

---Pedi a palavra o senhor Luís Ferreira, na qualidade de munícipe, questionando sobre o ponto de situação do problema de trânsito existente na Rua do Postigo.-----

---Pedi a palavra o senhor Mário Félix, na qualidade de munícipe, questionando o ponto de situação quanto ao armazém que foi construído perto da sua residência, pedindo a opinião dos vereadores acerca desse assunto.-----

---Pedi a palavra a senhora Arlinda Ribeiro, que demonstrou a sua preocupação no que diz respeito à segurança dos trabalhadores e dos transeuntes, uma vez que estão em curso as podas dos plátanos, tendo verificado a inexistência de sinalização da operação, nem a presença de funcionários por parte da câmara municipal.-----

Alertou ainda para o estado de conservação do Cruzeiro da Memória.-----

---Tomou a palavra o senhor Presidente da Câmara, tendo cumprimentado todos os presentes. Respondendo inicialmente ao senhor Luís Ferreira, no que diz respeito ao problema do trânsito, referiu que a sinalização não é respeitada, tornando-se difícil a resolução. Acrescentou ainda que foi equacionada a hipótese de uma barreira física, através da colocação de um pilarete retrátil, tendo-se chegado à conclusão que o mesmo iria condicionar o trânsito necessário ao fornecimento de bens e serviços. Referiu ainda que é complicado a Câmara considerar tomar medidas suplementares, quando incumprimento parte dos próprios condutores e moradores.-----

Em resposta à questão colocada pelo senhor Mário Félix, informou que a obra era ilegal e que teria sido feito um despacho de embargo e demolição da mesma, com oportunidade para a legalização da respetiva obra. Acrescentou que, em sede de audiência de interessados, o proprietário apresentou um projeto de alteração de loteamento, não cumprindo este com os requisitos necessários para a normal legalização, nos termos do plano diretor municipal. Acrescentou ainda que foi dado um prazo para apresentação do projeto de alteração, que entrou dentro do prazo estabelecido, encontrando-se agora em fase de apreciação técnica.-----

Em resposta à senhora Arlinda Ribeiro, solicitou ao senhor Vereador do pelouro que se inteirasse da situação por forma a aferir sobre o cumprimento das regras de segurança.-----

Relativamente ao Cruzeiro da Memória, informou que este está abrangido por uma candidatura no âmbito das intervenções territoriais integradas, tendo adiantado que



Assembleia Municipal de Óbidos		3
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

teria tido uma reunião com a Direção Geral do Património Cultural, para agilizar os projetos de execução para a preservação do património.-----

Por último lembrou que a tutela sobre este património é da Direção Geral do Tesouro e Finanças, carecendo da sua autorização quaisquer intervenções que venham a ser feitas.-----

Não se registando mais nenhuma intervenção do público, o senhor Presidente da mesa passou para o ponto dois da ordem de trabalhos.-----

Ponto Dois - Período antes da Ordem do Dia.-----

---Antes da apreciação da ata número cinco, o senhor Presidente da Assembleia Municipal deu conta de um e-mail que foi dirigido à Assembleia Municipal, bem como ao secretariado, por parte do senhor deputado João Paulo Cardoso, que considerou que não foram devidamente refletidas um conjunto de abordagens ocorridas na reunião a que a ata se refere, tendo questionado ainda acerca da existência de uma forma de aceder às gravações das assembleias municipais.-----

O senhor presidente da mesa referiu que as gravações das assembleias estão disponíveis, podendo ser solicitado o acesso às mesmas, sempre que os senhores deputados considerassem necessário. Nomeadamente, caso um dos membros entendesse que não teria sido enfatizada ou refletida alguma questão, poderia solicitar a audição, para uma eventual correção da ata.-----

Explicou que o secretariado, ao redigir as atas, procura plasmar o que é mais relevante. As atas são documentos administrativos, devendo conter as deliberações finais e o essencial que as precede no âmbito do debate prévio a essas mesmas deliberações. Por isso a escrita das atas deve ter uma forma clara, nem sempre podendo transcrever exatamente tudo que foi dito, por se encontrar em discurso oral e este não ser, por vezes, totalmente nítido e coerente.-----

Pelo deputado João Paulo Cardoso foi proposta uma alteração na ata, para que contivesse a indicação da palavra “não” no parágrafo quarto, página dezoito, tendo sido dito pelo presidente da mesa que fizesse chegar ao secretariado, para que se pudesse proceder à sua correção.-----

Foi solicitado pela senhora deputada Cristina Rodrigues que a ata da reunião anterior contivesse a indicação de uma carta que dirigiu ao senhor Presidente da mesa da Assembleia acerca da inoportunidade da data e da hora da realização daquela Assembleia Municipal.-----

Pelo senhor presidente da mesa foi indicado para se proceder em conformidade.-----

--- **APROVAÇÃO DE ATA:** - Foi presente para aprovação a ata número cinco, referente à reunião ordinária desta Assembleia Municipal, realizada no dia vinte e três de setembro do ano de dois mil e quinze.-----

---O senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal secretário esclareceu que, de acordo com a legislação em vigor, não poderiam fazer parte da votação os membros que não participaram na última reunião.-----

--- **Passou-se à votação tendo esta sido aprovada por unanimidade**-----

---**Aprovada em minuta por unanimidade.**-----

---Na qualidade de presidente da mesa da Assembleia Municipal, destacou os quarenta anos do 25 de novembro de mil novecentos e setenta e cinco e a sua importância na sedimentação do processo democrático em Portugal.-----

---O senhor presidente propôs um voto de pesar pelo falecimento do senhor Augusto Rolim Rosa, autarca em variadíssimos mandatos e com particular relevo para o cargo de Presidente da Junta de Freguesia do Sobral da Lagoa. Disse também que gostaria que a Assembleia se manifestasse simbolicamente e que o voto de pesar



Assembleia Municipal de Óbidos		4
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

fosse dirigido, com as mais sentidas condolências, à sua família. A proposta mereceu a concordância de todos os membros da Assembleia Municipal, tendo sido feito um minuto de silêncio, como gesto simbólico de homenagem ao antigo autarca.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Cristina Rodrigues, que aproveitou para destacar o trabalho realizado e a grande qualidade demonstrada pelo festival literário FOLIO, tendo dado os parabéns aos intervenientes desta iniciativa.-----

Destacou também a sugestão, dada na última reunião, a título informal, pelos grupos municipais do PS e CDU, para que as reuniões fossem marcadas a partir das vinte horas à qual o senhor presidente da Assembleia Municipal, disse não ter nada a opor, tendo aproveitado para alertar para os inconvenientes da reuniões iniciarem durante o horário normal de trabalho, devido aos compromissos profissionais dos membros, bem como para ser dada a possibilidade da participação por parte do público.-----

Salientou ainda o facto da marcação da Assembleia Municipal ter coincido com a da Assembleia Intermunicipal do Oeste, cuja data de realização é avisada com antecedência, pelo que no seu entender não há necessidade das datas coincidirem, tendo esta situação já ocorrido anteriormente, apelando para que seja tido em conta, por forma, a que seja dada a possibilidade de todos os membros poderem participar.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Anabela Blanc, que cumprimentou os presentes, referindo-se ao Plano Diretor Municipal, lembrando que já interpelou a mesa anteriormente sobre esta situação, tendo questionado o motivo do atraso da revisão do PDM, e qual efetivamente o prazo pelo qual se prevê a apresentação da revisão do novo PDM.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Sílvia Correia, que após ter cumprimentado os presentes, deu nota da derrota da coligação PSD-CDS nas últimas eleições legislativas.-----

Questionou ainda acerca do programa INOVAR – Consulta, que pretende melhorar o envolvimento dos encarregados de educação no processo de ensino e aprendizagem. Neste quadro, perguntou que tipo de contrato foi efetuado com os serviços bancários, pois, apesar da adesão ao serviço ser gratuita, é cobrada uma taxa aos pais de três vírgula setenta e cinco por cento ou cinco por cento, conforme estes utilizem a referência multibanco ou cartão de crédito a incidir sobre o montante a ser creditado no cartão, a ser descontado automaticamente. Estes custos, no seu entender, levarão a que esta possibilidade não tenha, previsivelmente, uma grande adesão por parte dos pais.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso, regozijando-se com a entrega dos cartões de membro da assembleia, bem como referindo a necessidade da regulação definitiva do trânsito em Óbidos.-----

No que diz respeito ao vinte e cinco de novembro de setenta e cinco, lembrou que na opinião de Ramalho Eanes que foi, no seu entender, um dos seus principais autores, esta data não seria alvo de comemoração, mas de recordação. O senhor deputado referiu ainda que não se deveria colocar esta data como se do vinte e cinco de abril se tratasse.-----

---Tomou a palavra o senhor deputado Miguel Silvestre, que após ter cumprimentado os presentes, no que diz respeito à tomada de posse do novo governo, referiu que o resultado das eleições foi claro, tendo havido posteriormente uma coligação pós-eleitoral, da qual emergiu o novo Governo.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		5
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

Referiu-se à situação da marcação das assembleias, salientando que a mesa da assembleia tem procurado encontrar pontos de convergência, e que existiam opiniões contrárias no que diz respeito ao horário noturno pois é uma experiência que, na sua opinião, não deixou saudades, apelando para que haja um consenso acerca deste assunto.-----

Destacou o trabalho do município e de todas as entidades envolvidas no FOLIO, tendo considerado este um evento marcante, registando que a receptividade a nível nacional e internacional foi extraordinária.-----

Por fim, deu nota de um processo que não foi pacífico e bastante criticado, que se tratava de um projeto dum livraria numa igreja, tendo este, na sua opinião, sido uma forma de recuperar património e uma ocupação que nasceu a partir dai , pois foi criada uma rede de livrarias que deu origem a um festival literário, sendo Óbidos um dos poucos locais que se pode considerar uma Vila Literária.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Jorge Veloso, que alertou para o perigo da falta de marcação da estrada nacional número oito, na passagem por Óbidos.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Laura Ferreira, e para complemento da primeira intervenção por parte do público, referiu que o sinal que se encontra ao início da rua, estaria mal colocado.-----

---Pedi a palavra o senhor presidente da junta de Gaeiras que destacou o programa municipal de âmbito social Melhor Idade, fazendo referência aos dez anos deste programa.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Custódio Santos, aproveitando para cumprimentar todos os presentes. Alertou para a necessidade da resolução de alguns problemas tais como lajes partidas em frente à farmácia de Óbidos, pedras soltas na calçada e buracos e o estado das estradas rurais.-----

Questionou ainda acerca da Cova do Anselmo, pois a obra já foi prevista para o ano de 2014 e ainda não foi realizada.-----

Alertou ainda para o facto da altura em que se realizou a feira de Santa Iria, o estado de conservação em que se encontrava o parque de estacionamento.-----

Alertou também para o perigo de possível queda de pinhas vindas dos pinheiros que se encontram perto do Complexo Escolar dos Arcos.-----

Sugeriu ainda que fosse equacionada uma nova localização da paragem de autocarros.-----

Por fim, dirigiu-se ao senhor presidente da Assembleia Municipal, lembrando algumas situações que se verificaram pela altura do vinte e cinco de novembro.-----

---Tomou novamente a palavra o senhor deputado João Paulo Cardoso, que recordou que no ano de dois mil e doze, era membro de assembleia de freguesia de Santa Maria, tendo sido aprovado por unanimidade o envio dum ofício a solicitar o motivo pelo qual a Igreja de Santa Maria teria colocados fios de iluminação na sua estrutura, tendo obtido resposta ao mesmo por parte da empresa municipal denominada na altura Óbidos Patrimonium que o assunto teria sido encaminhado, salientando que até à presente data a situação ainda se mantém.-----

Alertou ainda para a necessidade de intervenção nas torres das igrejas.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado João Carlos Costa, que dirigiu a palavra ao senhor deputado Custódio Santos, tendo questionado acerca do estado de conservação de uma propriedade da qual o senhor Custódio seria o arrendatário.-----

---O senhor presidente da assembleia municipal apelou para que os assuntos não fossem conduzidos em nenhuma direção pessoal, e que todas as opiniões deveriam ser respeitadas.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		6
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

---O senhor deputado Custódio Santos evocou alguns dos possíveis motivos que eventualmente deram origem ao estado em que se encontra a sua propriedade.-----

---Por último, o senhor presidente da mesa agradeceu a todas as forças da assembleia constituinte que lutaram pela democracia, e que as datas da democracia portuguesa deveriam ser invocadas.-----

---Pedi a palavra o senhor presidente da Junta de Freguesia do Olho Marinho que aproveitou a oportunidade para convidar os presentes a visitarem a Feira do Livro que se iria realizar no Espaço Museológico da freguesia no fim de semana seguinte, podendo ainda aproveitar para ver o espólio museológico. O senhor presidente da Assembleia Municipal, agradeceu o convite em nome da Assembleia, tendo destacado o dinamismo demonstrado.-----

---Pedi a palavra a senhora segunda Secretária Ana Margarida Reis que aproveitou para destacar a participação das escolas de Óbidos no FOLIO, tendo sido, na sua opinião, um evento que concentrou a comunidade escolar.-----

Referiu ainda que no dia vinte e nove de outubro do presente ano, se tinha realizado em Óbidos, um evento de âmbito desportivo, de voleibol sentado, que reuniu crianças e jovens com e sem deficiência, a jogar simultaneamente, orgulhando-se de conseguir fazer uma integração social através do desporto e dando conta que seriam o primeiro clube a nível nacional que aderiu a esse projeto.-----

---O senhor presidente da mesa esclareceu que, no que diz respeito ao agendamento das reuniões, e não obstante o facto deste ser da competência da mesa, deveriam ser ouvidas as razões do poder executivo, havendo uma relação institucional entre os dois órgãos.-----

Acrescentou que a mesma foi marcada na sequência de deliberações que foram tomadas na última reunião de câmara, tendo tentado acautelar um conjunto de fatores e necessidades aquando da marcação da mesma.-----

---O senhor presidente da câmara municipal tomou a palavra para poder responder às questões colocadas pelos senhores deputados.-----

Em resposta à senhora deputada Anabela Blanc, explicou que teve de haver um ajustamento à Lei de Bases do Solo, tendo sido um trabalho que foi feito pelo senhor vice-presidente em articulação com o gabinete. Deu conta que iria ser apresentada uma proposta à comissão de acompanhamento até ao final do mês de dezembro e só depois da pronúncia e emissão dos respetivos pareceres é que se poderia avançar com o processo.-----

Em resposta à senhora deputada Sílvia Correia, esclareceu que quando se subscreve um serviço multibanco, existem taxas a pagar por conta da utilização. Explicou ainda que não há contrato entre o município e a entidade bancária, mas entre o programa INOVAR e entidades bancárias para essas transações poderem ser feitas, ressalvando que o Programa Inovar não obriga a pagamentos ou carregamentos obrigatórios, continuando a existir o sistema anterior.-----

Quanto ao Trânsito na vila, informou que existe uma dificuldade com a empresa RESOPRE, pois continua a faltar um equipamento áudio transmissor, tendo sido inclusivamente sido pedida uma libertação de garantia por parte da RESOPRE, à qual o município não cedeu, devido a essa situação por solucionar.-----

Quanto à referência feita à Igreja de Santa Maria, demonstrou a sua satisfação pelo facto do património municipal e eclesiástico estar caído, tendo acrescentado que muitos privados se associaram a cair as suas próprias habitações explicando ainda que, os andaimes estavam montados para que procedesse à caiação da respetiva igreja.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		7
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

Destacou o esforço da autarquia em matéria de conservação do património através de protocolo, tendo-se investido mais de cento e vinte mil euros na caiação da vila, sendo na sua grande maioria referente a património eclesiástico.-----

Relativamente à situação das lajes por reparar junto à farmácia, informou que a autarquia não dispõe de recursos humanos suficientes para fazer reparações de calçada e de lajes, tendo de recorrer a *outsourcing*, tendo já iniciado os procedimentos necessários com o senhor vereador do pelouro.-----

No que diz respeito à sugestão dada pela senhora deputada Laura Ferreira, nomeadamente a possível alteração da localização do sinal de trânsito, referiu que iria criar um problema de congestionamento de trânsito.-----

Destacou os dez anos do Programa Melhor Idade que se assinalaram com uma festa comemorativa, tendo tido uma elevada participação por parte dos seus utentes.-----

Referiu também que as juntas têm feito um trabalho inexecutável ao nível da manutenção dos caminhos rurais em articulação com a câmara municipal.-----

No que diz respeito à Cova do Anselmo, solicitou ao senhor vereador José Pereira que encetasse diligências com os proprietários, estando a ponderar e avaliar o preço que foi pedido por metro quadrado desse terreno não urbanizável, para resolução do problema.-----

Afirmou ainda que não partilha da mesma opinião no que diz respeito aos pinheiros, que se encontram perto do Complexo Escolar dos Arcos.-----

Quanto à localização da paragem de autocarros, referiu que, numa primeira instância, a operadora se teria mostrado disponível para mudar a passagem dos autocarros da chamada “ilha” para a zona em frente aos antigos bombeiros voluntários. No entanto, goradas estas expectativas iniciais, este problema está ser tido em conta no âmbito do plano estratégico de desenvolvimento urbano.-----

Por último agradeceu o convite que lhe foi endereçado pelo senhor presidente da junta do Olho Marinho para estar presente na segunda edição da Feira do Livro, destacando a coragem e arrojo demonstrados.-----

Ponto Três - Sentença proferida no âmbito da Providência Cautelar interposta para anulação da deliberação da Assembleia Municipal que autorizou a celebração de Contrato Interadministrativo, para conhecimento-----

--- Foi dado conhecimento à Assembleia Municipal-----

Ponto Quatro - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de Fixação de Taxas de IMI para o ano de 2016-----

---O senhor presidente da câmara pediu a palavra para agradecer publicamente ao grupo de trabalho constituído, que foi designado para apreciação da redução das taxas e impostos, reconhecendo a forma responsável com que encetaram esse trabalho.-----

Afirmou que, sem prejuízo da posição defensiva que o grupo tomou no que dizia respeito à estabilidade financeira dos impostos de modo a assegurar os investimentos, houve razões objetivas que o levaram a propor à Câmara Municipal a redução do IMI para todos, seguindo assim a linha de tendência de redução da taxa de forma gradual, tendo explicado que a data escolhida para a medida em questão se prendeu com o facto de esta não vir a ser conotada como uma medida populista ou eleitoralista.-----

Referiu-se também à alteração do zonamento, tendo havido duas reuniões com o perito responsável pelo zonamento, pois este interfere com o valor patrimonial tributável, tendo procurado contribuir para algumas alterações, nomeadamente



Assembleia Municipal de Óbidos		8
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

correção de assimetrias, no que diz respeito aos seus índices, tendo procurado mantê-los à exceção da zona dos *resorts* turísticos.-----

Referiu que seguramente se teria condições para se reduzir o IMI às famílias, tendo optado pelo valor máximo permitido por lei para as famílias com dependentes.-----

Informou ainda que estariam automaticamente isentas de IMI as famílias com um rendimento abaixo de quinze mil euros, e cumulativamente com um património abaixo de setenta mil euros, havendo uma clara redução da receita do Município em benefício das famílias.-----

---A senhora deputada Anabela Blanc, tomou a palavra, tendo solicitado esclarecimentos relativamente ao zonamento na zona dos *resorts*, ao qual o senhor presidente respondeu que os índices de zonamento subiram.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado Custódio Santos, que destacou o facto do município estar a favor das famílias numerosas.-----

---Pedi a palavra o senhor deputado José Luís Oliveira, que após ter cumprimentado todos os presentes, tendo aproveitado para felicitar e destacar o arrojo do município pela medida tomada, nomeadamente ao nível geral de redução do IMI e ao nível redução de IMI às famílias com dependentes a cargo, sendo na sua opinião um incentivo à natalidade e à fixação de casais com filhos no concelho.-----

---A senhora deputada Cristina Rodrigues tomou a palavra cuja intervenção consta na declaração de voto apresentada pelo grupo municipal do Partido Socialista, que abaixo se transcreve.-----

---O senhor deputado Miguel Silvestre pediu a palavra para relembrar que o período compreendido entre dois mil e nove e dois mil e catorze, que tinha sido referido pelo Partido Socialista, foi um período de fortes investimentos no concelho nomeadamente na construção de escolas e infraestruturas que foram criadas, o que na sua opinião, justifica por si só as opções que foram tomadas.-----

---O senhor deputado João Paulo Cardoso mencionou o facto das escolas de Óbidos terem sido construídas com um grande apoio da União Europeia.-----

---O senhor Presidente da Câmara esclareceu que a taxa média líquida de financiamento rondava os sessenta e três por cento. Acrescentou ainda que, na presente data, já não existia a possibilidade de financiamento por parte da União Europeia, do parque escolar necessário de Norte a Sul do País, tendo, no seu entender, sido feito em Óbidos na altura oportuna, tendo representado um esforço.---

A propósito da possibilidade do município poder vir a reduzir mais, o senhor presidente da câmara destacou que a câmara municipal deixaria de receber um milhão de euros ao optar por estas medidas.-----

--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria , com duas abstenções.-----

Aprovado em minuta por unanimidade. -----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou declaração de voto que se transcreve: “ Relativamente a este ponto, queremos sublinhar o seguinte:---

1 – A separação em pontos diferentes do IMI e IRS, conforme foi sugerido em anos anteriores, permite uma análise melhor dos assuntos. -----

2 – Estamos de acordo com a descida de taxa do IMI, embora seja uma pequena descida. Mas é um sinal positivo, indo ao encontro do que tem sido a posição reiterada por este grupo municipal ao longo dos últimos anos.-----

3 – É pena que, em anos de receitas extraordinárias tão avultadas, como ocorreu entre 2009 e 2014, o Município não tenha descido a taxa do IMI, tendo condições



Assembleia Municipal de Óbidos		9
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

para o fazer. Foi uma opção política que respeitamos, mas que não aceitamos, nem compreendemos. -----

4 - A descida da taxa do IMI deve ser uma prioridade, deve ser vista como algo positivo para todos os municípios. É uma medida de aplicação transversal, que abrange todos, com um alcance generalizado.-----

6 – Reconhecemos que a CMO arrecada 1% do IRS, libertando 4% a favor dos Municípios, o que é louvável. Mas esta devia também ser a postura em termos de IMI, reduzir a taxa para aumentar a qualidade de vida de quem vive no concelho.-----

7 - A descida da taxa do IMI para 0,36% corresponde a uma redução da receita na ordem dos 130 a 150 mil euros, redução que o Município conseguirá compensar com as receitas provenientes da assinatura do contrato inter-administrativo.-----

8 – Muito poderá ainda ser feito nesta matéria do IMI, nomeadamente em termos de zonamento, quando se equacionar a situação global da aplicação do IMI no concelho. Também neste âmbito, avançando com um novo zonamento, seria importante uma partilha prévia dos estudos feitos e critérios a propor, para análise dos membros da Vereação e da Assembleia Municipal, a fim de que todos possamos dar contributos. Note-se que o concelho é muito desigual em matéria de valorização da propriedade rústica e urbana, devendo um zonamento justo e equitativo refletir essa diferença.-----

9 – Apesar de entendermos que se poderia ter ido mais além na descida da taxa do IMI, em particular nos anos anteriores, congratulamo-nos por as nossas críticas e opiniões terem tido acolhimento, e haver uma descida da taxa, ainda que pequena.”-

Ponto Cinco - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de participação do Município no IRS em 2016-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Sílvia Correia, que referiu que em analogia ao que foi dito em anos anteriores, iriam votar contra, pois seria uma proposta no seu entender injusta, pois depende dos rendimentos. Acrescentou ainda que o município deveria aplicar os quatro por cento em obras necessárias à população.-----

**--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e dois votos contra.-----
Aprovado em minuta por unanimidade.** -----

Ponto Seis - Apreciação e eventual aprovação da Proposta para lançamento de Derrama para o ano de 2016-----

---Tomou a palavra a senhora deputada Sílvia Correia, que demonstrou a intenção do voto contra do Grupo Municipal do PCP, por considerar que não deveriam estar isentas todas as empresas, mas somente as empresas novas que iniciam atividade no concelho é que deveriam beneficiar dessa isenção.-----

**--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e cinco votos a favor e dois votos contra.-----
Aprovado em minuta por unanimidade.** -----

Ponto Sete - Apreciação e eventual aprovação da Proposta de fixação do percentual de Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP) para o ano de 2016-----

**--- Não havendo intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por unanimidade.-----
Aprovado em minuta por unanimidade.** -----



Assembleia Municipal de Óbidos		10
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

Ponto Oito - Apreciação e eventual aprovação dos documentos previsionais (Orçamento e GOP) para 2016 -----

---A senhora deputada Sílvia Correia pediu a palavra, referindo inicialmente que o Grupo Municipal iria apresentar declaração de voto, e que iria colocar algumas questões ao senhor presidente da câmara.-----

Afirmou que o projeto que lhes foi remetido para apreciação estaria assente numa estratégia que pouco teria a ver com o necessário desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho de Óbidos.-----

No plano das receitas, teceu alguns considerandos, nomeadamente o facto do orçamento das receitas assentar na geração de receitas próprias, que ao contrário do que consta do Relatório, é na sua opinião, pouco otimista e até preocupante.-----

No plano das despesas, salientou o facto de cerca de trinta e quatro por cento das despesas correntes resultarem da aquisição de bens e serviços correntes, o que, no seu entender, denuncia uma opção na gestão da Câmara que privilegia esta solução, em detrimento da execução pelo próprio Município.-----

No que diz respeito ao mapa das entidades participadas pelo município de Óbidos, deu conta que consta no decreto-lei noventa e quatro barra dois mil e quinze, Anexo I do artigo quinto dos estatutos relativos ao capital social que a participação do município de Óbidos é de zero vírgula, três por cento, tendo ainda questionado se teria havido alguma alteração, atendendo a que o capital social que a câmara municipal detinha nas Águas do Oeste ter passado a ser igual à sua participação nas Águas de Lisboa e Vale do Tejo.-----

Questionou ainda acerca dos valores definidos e por definir, de algumas das obras nomeadamente na requalificação do Largo de São Marcos, em Gaeiras, da reabilitação dos armazéns JCD, na A-da-Gorda, reabilitação da Casa dos Seixos, na Amoreira e a requalificação da rede de água na Vila de Óbidos bem como o motivo pelo qual as obras de requalificação do Largo de São Marcos, e da Casa dos Seixos virem incluídas no reabilitamento comunitário e juventude em vez de ser inserido na reabilitação urbana.-----

No âmbito das despesas diversas não especificadas, subsídios e apoios, abordou a questão sobre quais seriam as entidades legalmente constituídas no valor de vinte e cinco mil euros.-----

Referiu-se ainda ao projeto da Loja do Cidadão, que, no seu entender, se trata de uma estratégia errada de retirar serviços e pessoas de dentro da Vila, que em nada contribui para travar a desertificação da Vila Histórica, indagando ainda sobre qual seria o suporte que seria eventualmente dado por parte da Administração Central.----

Por último, perguntou em que consistia o projeto NIMO, qual o seu objetivo e quais seriam as eventuais contrapartidas para a população de Óbidos.-----

---Tomou a palavra o senhor deputado José Luís Oliveira, que após ter analisado os documentos, constatou que o orçamento para o ano de dois mil e dezasseis regista um aumento de trezentos e setenta e sete mil euros, sendo este, na sua opinião, um esforço enorme por parte do município e do executivo municipal.-----

Referiu ainda que existe a preocupação de uma continuação de gestão sustentada por parte do município, demonstrando o orçamento ora apresentado contenção, prudência, responsabilidade e preocupação na área social, nomeadamente ao nível de apoios, tais como o Enxoval do Recém Nascido, o apoio a medicamentos a pessoas com mais de 65 anos e carenciados e bolsas de estudo com cobertura de cem por cento.-----



Assembleia Municipal de Óbidos		11
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

Salientou que existia ainda a preocupação na captação de recursos para a continuação de novas obras, de onde se destacariam a requalificação do Largo de São Marcos em Gaeiras, a reabilitação da Casa dos Seixos na Amoreira, a reabilitação dos antigos armazéns de vinho JCD em A-Da-Gorda, a ampliação e reparação das redes de água e saneamento na Vila, salientando que, em relação a estas obras, e outras que constariam do orçamento, haveria já valor investido. -----
Por fim, afirmou que a dinâmica aliada de rigor no orçamento demonstrava equilíbrio de contas. No seu entender, um equilíbrio de despesas correntes em comparação com as receitas correntes, pois considera que, seria nessa parte do orçamento que se consegue analisar a preocupação na continuidade de equilíbrio futuro, e, na capacidade de criação de receitas próprias, sendo possível a seu ver, criar riqueza mesmo com o ajuste do orçamento.-----

---Pedi a palavra a senhora deputada Cristina Rodrigues, que disse que o grupo municipal do PS iria apresentar declaração de voto e que tinha uma opinião divergente relativamente ao executivo, que se prendia com o facto de entenderem que a situação financeira do município poderia ser melhor se se tivesse aproveitado, ainda que parcialmente, as receitas extraordinárias dos últimos anos para amortização das dívidas bancárias.-----

Relativamente aos serviços externos que, no seu entender, se afiguram muito elevados, seria uma área onde poderia privilegiar-se uma redução de despesas, considerando que importaria aproveitar melhor os recursos humanos da câmara municipal, para reduzir parte das despesas que têm vindo a ser feitas com a contratação de serviços externos.-----

---O senhor presidente da câmara tomou a palavra tendo aproveitado para perguntar à senhora deputada Sílvia Correia se saberia qual o valor da alienação de bens de capital no orçamento em apreciação.-----

Explicou ainda que existia uma regra que assentava no facto de um orçamento cuja despesa que é realizada teria de ser igual ou inferior à receita.-----

A respeito das obras que se encontram mencionadas na rubrica definida e não definida, referiu que houve uma candidatura para as obras, havendo garantia de financiamento de seis milhões e meio de euros, considerando não ser legítimo nas regras da contabilidade pública e provisionais, estar a colocar esse valor quando não existia outorga de um contrato, resolvendo-se somente com uma alteração ao orçamento, sem ser necessária uma revisão ao mesmo, acrescentando por último que a elaboração do orçamento foi feita a pensar na continuidade do desenvolvimento do território.-----

---A senhora deputada Sílvia Correia pediu novamente a palavra para questionar o senhor presidente da câmara, no sentido de aferir se estaria previsto um apoio da Administração Central, relativamente à adaptação do edifício da escola para a Loja do Cidadão.-----

---O senhor presidente da câmara respondeu que existia uma aviso de abertura de candidatura que terminaria a trinta de dezembro de dois mil e quinze, com um teto máximo de trezentos e cinquenta mil euros, para a construção da Loja do Cidadão,



Assembleia Municipal de Óbidos		12
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

referindo que a região Oeste faria parte do projeto piloto de descentralização da administração, tendo sido deliberado em conselho intermunicipal, e ao abrigo do Projeto Aproximar, haver um segundo aviso para abertura de concurso, prevendo-se uma alteração do valor estipulado, agradecendo a futura colaboração do PCP.-----

--- Não havendo mais intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com dezasseis votos a favor, dois votos contra e nove abstenções.-----

Aprovado em minuta por unanimidade. -----

---O Grupo Municipal do Partido Comunista apresentou declaração de voto que se transcreve:-----

“Declaração de voto - do Grupo Municipal do PCP sobre o ponto 8 da ordem de trabalhos da sessão de 27 de novembro de 2015 da Assembleia Municipal de Óbidos - O orçamento e as grandes opções do plano para 2016.”-----

---Mais uma vez e a exemplo do que aconteceu com o Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2015, o projecto que nos foi remetido para apreciação está assente numa estratégia que muito pouco tem a ver com o necessário desenvolvimento económico, social e cultural do Concelho de Óbidos.-----

---A Câmara Municipal de Óbidos, é cada vez menos o motor deste mesmo desenvolvimento, como se comprova com o facto de as despesas com investimento novo ou já lançado representarem cada vez menos no seu Orçamento.-----

---De acordo com o Quadro 4, Comparativo das Despesas 2015/2016, do Relatório do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2016, as despesas de capital que tudo têm a ver com o investimento, irão representar no próximo ano 24,75% do total da despesa e menos 3,19% do que em 2015.-----

---A maioria PSD que gere a Câmara Municipal de Óbidos procura esconder esta declarada ausência de investimento que estrategicamente represente por si um factor de desenvolvimento do Concelho, com os investimentos anteriormente lançados, designadamente no Parque Escolar e no Parque Tecnológico, chegando ao ponto de considerar – como é afirmado na página 4 do já citado Relatório – que os “grandes investimentos no concelho, quer ao nível da Educação, como ao nível da habitação social, requalificação urbana, redes de água, saneamento e viária e modernização administrativa” estão feitos.-----

---Nem os mais incautos acreditam nesta tese quando, diariamente, a População do Concelho de Óbidos – entre os quais os Autarcas – é confrontada com problemas, as mais das vezes estruturais, com a requalificação urbana, as redes de água e saneamento, com as estradas e caminhos.-----

---Como o PCP tem defendido, a gestão autárquica deste Concelho tem de dar prioridade ao investimento nas infraestruturas básicas, designadamente, a rede de distribuição de água; a rede de saneamento básico; a recolha de resíduos sólidos; e a rede viária municipal.-----

---O Orçamento e as Grandes Opções do Plano para 2016 que nos foram remetidos para apreciação não seguem este paradigma, como facilmente se constata, numa leitura fina do mapa das despesas com investimento, em que os projectos propostos não são mais que repetições de promessas figuradas em anteriores documentos da mesma natureza, nunca concretizadas.-----

---Citamos aqui os casos da “requalificação do Lg. de S.Marcos, nas Gaeiras”, com um valor definido de €44.886,30 e um valor não definido de €1.540.000,00; a “reabilitação dos armazéns JCD, na A-da-Gorda”, com um valor definido de €100,00 e um valor não definido de €790.000,00; a “reabilitação da Casa dos Seixos, na



Assembleia Municipal de Óbidos		13
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

Amoreira”, com um valor definido de €100,00 e um valor não definido de €300.000,00; a “requalificação da rede na Vila de Óbidos”, com um valor definido de €1.000,00 e um valor não definido de €1.750.000,00. E mais situações destas podem ser encontradas nos documentos analisados.-----

---Ainda no plano das despesas, atentemos agora no facto de que 34,12% das despesas correntes resultam da aquisição de bens e serviços correntes, aliás a maior fatia das despesas deste tipo, o que denuncia uma opção na gestão da Câmara que privilegia esta solução, em detrimento da execução pelo próprio Município. -----

---Tal como dissemos relativamente ao Orçamento para 2015, esta Câmara, no presente, não é mais, do que um “balcão” do Poder Central, em que se cumprem as competências pelo mesmo fixadas, ao mesmo tempo que se deixam para segundo plano as reais responsabilidades de uma autarquia local autónoma do governo central.-----

---Volta-se a afirmar no Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016, a continuação da estratégia assente na Educação, ou melhor, na “Escola Municipal” adiada pela subscrição de um contrato intermunicipal a prazo, que deixa na Autarquia a responsabilidade da concretização das políticas de destruição da Escola Pública, com a degradação da qualidade do seu funcionamento.-----

A Câmara Municipal de Óbidos, está cada vez mais comprometida, no pior dos sentidos, com a política de transferência de competências do Poder Central para a Autarquia - esperamos que agora interrompida com a nova conjuntura política, decorrente da nova composição da Assembleia da República, resultante das Eleições Legislativas - em que as responsabilidades financeiras e estruturais são dia a dia maiores, sem as necessárias contrapartidas, como é o caso da municipalização do Ensino e da Acção Social.-----

—No plano das receitas, as nossas considerações vão para o facto de o orçamento das receitas assentar na geração de receitas próprias, numa expressão – 77% - que consideramos, ao contrário do que se afirma no Relatório, pouco optimista e até preocupante. Por um lado, este facto, reflecte a dependência do orçamento das receitas em expectativas que consolidadas as contas, se verificam como não concretizadas – negócios das vendas de lotes de terrenos, p.e.. E por outro, na aceitação de que a sistemática redução de receitas do Orçamento de Estado para as Autarquias, designadamente para o investimento, é algo que não tem retorno.-----

---Temos uma opinião diferente, assente na ideia de que a Autarquia não é um vendedor de serviços; não deve perspectivar o futuro em expectativas sem segurança, como a da venda mais do que incerta de bens de investimento; na expectativa de que o financiamento dos investimentos será, *ad eternum*, suportado por fundos comunitários; de que a carga fiscal sobre os munícipes pode continuar a ser tão elevada como já hoje se verifica.-----

—Juntos aos documentos relativos ao Orçamento e Grandes Opções do Plano para 2016, da Câmara Municipal de Óbidos, estão os Instrumentos de Gestão Previsional 2016, da Óbidos Criativa, EM e Programa de Acção e Orçamento 2016, da OBITEC, entidades com natureza diferente, mas ambas com significativa importância para a acção e contas do Município, pela responsabilidade que sobre as mesmas este tem.-

—Relativamente às mesmas entidades continuamos a ter a opinião de que o objecto, atribuições e competências poderiam e deveriam ser concretizados directamente pelo Município, não havendo razões objectivas para que se concretizem por via



Assembleia Municipal de Óbidos		14
Ata n.º 6	Reunião de 27/11/2015	

destas mesmas entidades. Só a declarada intenção de afastar a Assembleia Municipal da fiscalização da sua actividade, justificam a manutenção destes projetos.

---O Grupo Municipal do Partido Comunista Português.-----
Sílvia Correia e Custódio Santos”-----

---O Grupo Municipal do Partido Socialista apresentou declaração de voto que se transcreve: “Declaração de voto sobre Orçamento-----

---Recorda-se que a situação financeira seria melhor se não existissem os empréstimos bancários a amortizar. E tal era possível se a receita extraordinária paga pelo empreendimento turístico Falésia D’el Rei, no valor de 10,5 milhões de euros, cujo pagamento feito em 3 anos, terminou em 2014, tivesse sido utilizada prioritariamente para pagar as dívidas bancárias.-----

---De salientar que no período desta importante receita extraordinária a grande obra realizada no concelho foi a requalificação e ampliação da Escola Josefa de Óbidos, cujo custo foi totalmente suportado por fundos da União Europeia e do Estado Português.-----

Os valores previstos para serviços externos afiguram-se elevados, sendo essa a área onde se deveria privilegiar uma redução de despesas, como temos vindo a alertar, desde há anos. Importa aproveitar melhor os recursos humanos existentes (pessoal da CMO), para reduzir parte das despesas que têm vindo a ser feitas com a contratação de serviços externos”-----

Ponto Nove - Apreciação e eventual aprovação da Proposta do Mapa de Pessoal para 2016-----

--- Não havendo intervenções, passou-se à votação tendo sido aprovada por maioria com vinte e quatro votos a favor e três abstenções.-----

Aprovado em minuta por unanimidade. -----

Ponto Dez - Informação escrita do Senhor Presidente da Câmara Municipal de Óbidos sobre a atividade do município, de acordo com a alínea c) do n.º 2 do art.º 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.-----

--- E por nada mais haver a tratar, pelas vinte e uma horas e cinco minutos do dia vinte e sete de novembro do corrente ano, o senhor presidente da mesa da Assembleia Municipal declarou encerrada a reunião, tendo agradecido a colaboração de todos, fazendo votos de festas felizes e boas entradas aos presentes e respetivas famílias, do que para constar se lavrou a presente ata, que foi aprovada em minuta no final da mesma, deliberado pela maioria dos membros presentes, nos termos do número três, do artigo cinquenta e sete, da Lei número setenta e cinco, barra dois mil e treze de dois de setembro.-----

--- E eu, Ana Sofia Reis Eusébio, lavrei a presente ata, também vou assinar.-----